

Arquivo Cadernos do Nosso Tempo. Nota de apresentação

Cristina Buarque é professora de Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro e editora da Revista Estudos Políticos.

A quarta edição da Revista Estudos Políticos traz a público os cinco números dos *Cadernos do Nosso Tempo*, editados entre os anos de 1953 e 1956 pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)[1], sob a liderança de Hélio Jaguaribe. Até agora, os estudiosos do período tinham acesso fragmentado à coleção, dispersa em bibliotecas e sebos do país. Nesta edição, os leitores têm em mãos a íntegra dos *Cadernos* e podem explorar todo seu conteúdo com mecanismo de busca por palavras.

Os *Cadernos* não seguiram rígido padrão editorial. Apesar disso, contaram com um núcleo de edição permanente, constituído por um texto enxuto de apresentação, uma seção intitulada “noticiário do IBESP” e textos variados de análise de conjuntura nacional e internacional. As flutuações de cada edição incluíram notas de pesquisa, informes, estudos, entrevistas e transcrição de documentos.

Os autores-editores dos *Cadernos*, elencados no conselho de redação da revista a cada número, compunham um grupo razoavelmente estável e enxuto[2]. Eles não se pautavam por um paradigma autoral pronunciado. Ao final de cada volume, na seção do índice, apenas as iniciais dos autores (cujos nomes completos podem ser conhecidos pela consulta aos membros do conselho) figuram ao lado dos textos. Em muitos artigos, contudo, simplesmente não há referência de autoria[3].

Embora, conforme Simon Schwartzman, os colaboradores dos *Cadernos* não tivessem uma “maneira unívoca e coerente de ver as coisas” (Schwartzman, s.d, p. 3), há significativa convergência interpretativa entre seus artigos. As diferenças eventuais não carregam tintas fortes. Autores e indivíduos diluem-se em projeto coletivo, dedicado à análise e à reforma das condições de vida no país. Embora seja razoável supor que a ascendência intelectual de Hélio Jaguaribe sobre o grupo tenha influenciado o tom desta afinidade de temas e argumentos, a adesão a um sentido comum da política constitui característica forte do grupo.

O editorial do primeiro número esclarece que o conteúdo dos *Cadernos* não nasce de exercícios solitários de reflexão, mas de uma rotina de debates em torno dos problemas “do nosso tempo e do Brasil” (Autor não identificado, *Cadernos* 1, p. 1). A forte identidade intelectual em torno da questão nacional produz importante harmonização do dissenso e dissipação dos protagonismos individuais.

Entre os autores dos *Cadernos*, a proximidade de diagnósticos e prognósticos para a cena nacional combinava-se a um forte sentido de responsabilidade social. Eles atribuíam a si e a extratos progressistas – ou potencialmente progressistas – da sociedade um papel chave na condução da política nacional por bons rumos. Embora alguns sinais de progresso figurassem no horizonte, a superação do atraso não viria de um movimento espontâneo. Se legada a si própria nas condições que então se verificavam, a sociedade brasileira, cindida em interesses antagônicos, tenderia a reproduzir indefinidamente as condições do seu infortúnio.

Era preciso, portanto, prever operadores da transformação. Os intelectuais deveriam figurar neste elenco como agentes de conscientização. Schwartzman chega a identificar

um sentido “radicalmente novo” nesta responsabilidade auto atribuída dos ibespianos: “pela primeira vez”, um grupo de intelectuais “se propõe a assumir uma liderança política nacional por seus próprios meios” (Schwartzman, s.d., p. 4). Daniel Pécaut descarta a excepcionalidade do empreendimento, mas sublinha a marcada disposição do grupo em se “associar à direção dos negócios públicos” (Pécaut, 1989, p. 96) e iluminar as forças do progresso[4].

Nos *Cadernos*, portanto, a busca de entendimento sobre o estado da arte da sociedade e da política tem estreita imbricação com a imaginação sobre os meios e os fins da sua transformação. A reflexão sobre *o que foi, o que é, o que deve ser e como deve passar a ser* a política constitui uma teia argumentativa indissociável. Isto é, o entendimento sobre cada um desses níveis não pode prescindir da consideração dos demais. Além da imaginação de futuro condicionada ao diagnóstico dos tempos passado e presente, condizente com um princípio lógico-temporal linear, a retórica dos *Cadernos* também opera com a sequência invertida, isto é, *o que foi* e *o que é* podem ser melhor entendidos em vista do horizonte normativo (de meios e fins) que se tem em vista. O paradigma da colonização, por exemplo, deve ser mais elucidativo sobre o passado do país na medida em que a compreensão do seu perfeito avesso, o paradigma da autonomia, informa sobre a expectativa de futuro.

Para Schwartzman, no IBESP estava contido, “no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo”. No campo do pensamento social e político brasileiro, o Instituto permaneceu, contudo, à sombra do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), modelo mais acabado do seu projeto político original. Embora aquém da fórmula imaginada por Jaguaribe, o ISEB alcançou vinculação ao Estado, por meio do Ministério da Educação e Cultura, e destacou-se na cena política e editorial nacional. O IBESP e os *Cadernos*, que viveram um período de superposição com o ISEB[5], mereceram inúmeras (e esclarecedoras) referências marginais em estudos direcionados, parcial ou integralmente, para a investigação da sua forma posterior (entre eles, Abreu, 1979; Pécaut, 1989; Jaguaribe, 1979; Ferreira, 2001). Em grande medida, portanto, o IBESP foi recuperado como contexto do ISEB, e não como objeto de estudo em si.

A mais importante exceção a esta chave de leitura é uma breve e valiosa introdução de Simon Schwartzman[6] a volume com artigos selecionados dos *Cadernos*. Nela, o autor se dedica à tese de excepcionalidade da experiência intelectual do IBESP, “responsável por uma série de ingredientes que teriam presença duradoura no ambiente político brasileiro”. (Schwartzman, s.d, p. 6).

Além deste texto de inspiração exclusiva, os *Cadernos* foram recuperados por referências a artigos isolados de autoria identificada[7], como *O Inconsciente Sociológico* e *A Crise Brasileira*, de Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, referências obrigatórias na biografia intelectual de seus autores. São casos em que o protagonismo autoral ofusca a cena editorial.

Por fim, vale ainda notar a presença dos *Cadernos* em estudos sobre o populismo. Ao tratar das primeiras formulações sobre o tema no Brasil, Ângela de Castro Gomes destaca o ensaio *O que é o ademarismo?*, publicado no segundo número do periódico. Neste texto, o autor não identificado debruça-se sobre um fenômeno político cuja substância é produzida pelo líder, e não pelo partido, ao contrário da experiência então usual de políticos do Partido Social Democrático, quase exclusivamente sustentados pela rede de clientela rural *pessedista*. Embora não prescinda do partido, o líder autonomiza-se dele em medida significativa. Segundo Gomes, o artigo em tela teria

inaugurado um tema e um enfoque que não mais abandonariam o “horizonte de formulações” das Ciências Sociais no Brasil. A associação entre as condições de vazio de liderança da classe dirigente, inconsciência do trabalhador a respeito da sua situação de classe e surgimento de líder populista ganharam “longa carreira” nos estudos sobre populismo (Gomes, 2001, p. 24). Nos mesmos termos da autora, também Jorge Ferreira recupera o tratamento dos *Cadernos* ao *ademarismo* (Ferreira, 2001, pp. 67-68).

A publicação virtual dos *Cadernos* é um convite ao estudo sobre o IBESP, que ainda constitui objeto marginal de inspiração aos estudos sociais e políticos brasileiros.

Referências bibliográficas

Ferreira, Jorge. Introdução; O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.

In: _____ (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 7-16; pp. 59-124.

Gomes, Ângela de Castro. In: Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 59-124

Pécaut, Daniel. *Entre le Peuple et la Nation: les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris: Ed. De la Maison des sciences de l’homme, 1989.

Schwartzman, Simon. Introdução. In: _____. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 3-6.

[1] Fundado no Rio de Janeiro, em 1953, o IBESP foi herdeiro de experiências anteriores de reflexão sobre a sociedade e a política nacionais. Em 1947, jovens intelectuais dedicados ao debate sobre as possibilidades de desenvolvimento para o país assinavam uma coluna na quinta página do *Jornal do Comércio*, vinculados, segundo Jaguaribe, pela “vontade de compreender a correlação entre uma visão geral da cultura universal e a problemática brasileira em sua especificidade” (Jaguaribe, 2005, p. 31).

Em 1952, o grupo reunia intelectuais de São Paulo e do Rio de Janeiro e passou a encontrar-se periodicamente no Parque Nacional de Itatiaia, a meio caminho das duas capitais. O grupo de Itatiaia, como ficou conhecido, buscou, sem sucesso, vinculação ao governo Vargas. A intenção de assessorar o governo era compartilhada pelo segmento carioca do grupo, interessado na tradução política e institucional de sua reflexão sobre os caminhos para o desenvolvimento nacional. À diferença dos paulistas, mais dedicados a questões de ordem filosófica, os cariocas aproximavam-se pela afinidade com temas da política. Embora esta distinção não tenha inibido a aproximação original num projeto único, marcou a dispersão do grupo pouco depois de sua criação. No ano seguinte à sua formação, os intelectuais do Rio de Janeiro, acompanhados por Roland Corbisier, desertor do grupo paulista, criaram então o IBESP. Não se tratava, ainda, da fórmula pública pretendida por Jaguaribe, alcançada pouco depois com o ISEB, pois o Instituto não compunha os quadros do governo e sua sobrevivência dependia das contribuições de seus membros, jovens em início de carreira. A despeito das dificuldades de sobrevivência material, o IBESP manteve intensas atividades intelectual e editorial.

[2] Ao longo das cinco edições dos *Cadernos*, o conselho de redação teve alterações, mas basicamente incluiu: Candido Antonio Mendes de Almeida, Carlos Luz de Andrade, Averardo Moreira Lima, Exaldo Correia Lima, Fábio Breves, Guerreiro Ramos, Heitor Lima Rocha, Hélio Jaguaribe, Ignacio Rangel, Israel Klabin, Josér

Ribeiro de Lira, Osório Gomes, Moacir Felix de Oliveira, Nelson Werneck Sodré, Osacar Lourenzo Fernandez, Ottolmy Strauch, Roland Corbisier, Romulo Almeida.

[3] Este é o caso de todos os textos que compõem o terceiro número dos *Cadernos* e também de artigos esparsos nas demais edições.

[4] Para reflexão sobre a vocação dos intelectuais como elite dirigente e os fundamentos da legitimidade do seu poder, ver a primeira parte da obra referida (Pécaut, 1989, pp. 3-82): *Entre le Peuple et la Nation: les intellectuels et la politique au Brésil*.

[5] Notar que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado em 1955, deu seguimento ao IBESP em nova forma institucional, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. A despeito e depois desta transformação, as edições dos *Cadernos do Nosso Tempo* seguiram referidas ao extinto IBESP.

[6] Além dela, vale notar também artigo recente de Edison Bariani, dedicado à descrição das origens e de temas-chave dos IBESP (Bariani, 2005).

[7] Notar que o volume organizado por Simon Schwartzman (Schwartzman, s.d.), com o material de maior projeção dos *Cadernos*, reúne apenas artigos de autoria identificada.